

GESTOS DE LEITURA DO ARQUIVO DA BNCC: COMPREENSÕES DO ARQUIVO

Luana Rodrigues Machado¹

Os percursos temáticos de leitura que produzimos do/no texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos levam a constituir um arquivo de pesquisa, que por sua vez constitui o próprio arquivo da BNCC como uma leitura possível. O presente trabalho é um recorte da análise que compõe a produção de dissertação do mestrado em Estudos Linguísticos vinculado ao PPLIN. Propomos ao longo deste trabalho mobilizar noções de arquivo e de leitura na perspectiva discursiva, estabelecendo relações entre as noções teóricas de arquivo com os nossos gestos de leitura do texto da BNCC, em um batimento entre os percursos temáticos de arquivo e no arquivo, levando à constituição do corpus de análise.

Como uma das principais referências no que diz respeito aos sentidos de leitura do arquivo, a primeira concepção a ser mobilizada vem de “Ler o arquivo hoje”, em que Pêcheux ([1982] 1994) parte da noção de arquivo como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, o que nos conduz inicialmente a entender que o arquivo da BNCC traria consigo não apenas o documento da Base em si, mas, também, os documentos com os quais ela dialoga. Numa concepção outra do sentido de arquivo, a qual não exclui a primeira, entendemos que “o arquivo em Análise de Discurso é o discurso documental”, no qual o documentador terá como materialidade, como objeto, textos documentais nos quais trilhará percursos a partir de uma determinada temática.

Ao abordar a leitura de arquivo, Nunes (2007) utiliza de duas noções, que segundo ele são trabalhadas frequentemente, mas que “não têm o mesmo estatuto de outros conceitos”, são essas a historicidade e a compreensão. Iremos nos ater, então, a segunda delas: a compreensão. Entendemos que para compreender melhor um determinado documento, se faz necessário compreender a história desse documento, rastrear percursos realizados para a produção do conhecimento que nele consiste. Por isso, distinguimos, segundo Nunes (2008), os percursos temáticos de arquivo e os percursos temáticos no arquivo.

O percurso temático de arquivo está no campo da constituição dos processos de significação, sendo assim, o analista, de forma investigativa, busca compreender como os sentidos são produzidos e significados na textualidade de um documento e ao mesmo tempo constitui um arquivo e nele novos processos de significação². Esse primeiro percurso diz respeito a “como o arquivo se constitui por temas, como ele ordena, classifica e constrói por meio das práticas documentais um discurso na história.”

¹ Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística (PPLIN) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

² cf. Orlandi, [1999] 2015.

Voltando nosso olhar para a pesquisa que dá base ao presente trabalho, fizemos uso de palavras, que tomaremos como palavras-chave, para traçar o percurso temático por diferentes documentos e constituir o nosso arquivo. Dessa forma, em nossas questões e gestos de leitura iniciais, as palavras “desigualdades sociais” foram chave para abrir caminhos introdutórios a nossa pesquisa e conduzir a gestos de leitura na textualidade da BNCC que buscavam – talvez pelo sujeito-aluno e o chão de uma sala de aula de escola pública, refletimos agora no gesto de (re)leitura do nosso texto – por entender como essas se inscrevem nesse documento. Essa primeira palavra-chave nos levou a uma próxima: “sistemas e redes de ensino”; que por sua vez nos levou a expandir esse percurso de arquivo, para a textualidade da Lei de Diretrizes e Bases (LDB – 9.394/96) e para a listagem de escolas particulares de diretorias regionais da SEEDUC (Secretaria de Educação do Rio de Janeiro). Destacamos de “sistemas e redes”, apenas a palavra “sistema”, que conduz à busca pelas suas derivações linguístico-discursivas e à mobilização de novos conceitos, como a “língua de algodão”.

A constituição do arquivo é envolta por gestos de interpretação que produzem/conduzem por um determinado discurso. Ao produzir um discurso na história, o sujeito leitor passa a ser um sujeito autor, produzindo a sua própria escritura. A escritura, diferentemente da escrita, seria essa leitura interpretativa, em outras palavras, o sujeito que lê e compreende o que lê constitui uma escritura. Estabelecendo relações com Petri *et al.* (2019) - em diálogo com Pêcheux (1982) - entendemos que a “escritura organiza a leitura, constrói e constitui o arquivo, buscando as possíveis maneiras de aprendê-lo”, diria aqui de compreendê-lo. Dito isso, o percurso temático **no** arquivo, encontra-se já no campo da escritura, porém não só na escritura enquanto leitura interpretativa ou enquanto produção de um discurso na história, mas na passagem desse para a materialidade do texto enquanto unidade. Vide Indursky (2001, p. 30-31):

em seu trabalho de escritura, o sujeito-autor mobiliza vários e diversificados recortes textuais relacionados a diferentes redes discursivas e diferentes subjetividades. Tal fazer o conduz a estabelecer uma trama entre diferentes recortes discursivos, que podem ser afetados por diversas Formações Discursivas e diferentes posições-sujeito. Por conseguinte, podemos pensar que um texto, urdido dessa forma, consiste em uma heterogeneidade estruturada pelo trabalho discursivo do sujeito-autor, a partir de sua posição sujeito, decorrendo daí a tessitura e o efeito de unidade de sentido desse texto.

Consideramos que o percurso temático no arquivo, então, é aquele “que se realiza em um ou mais arquivos para a composição de um corpus de análise”. Retornando mais uma vez a análise maior da qual recortamos este trabalho, vemos que somente após ler o arquivo da BNCC, através da constituição de um arquivo que é próprio dos nossos gestos de leitura, retomamos a esse em um percurso, agora, **no** (interior desse) arquivo, do qual serão destacados recortes discursivos que evidenciem marcas dos processos de significação que buscamos analisar e compreender.

Os discursos na BNCC

Considerando tais noções de (leitura de) arquivo, podemos ler, então, o próprio texto da BNCC como um arquivo, que por sua vez é um discurso documental. Para isso, ressaltamos as três instâncias do discurso documental, como enumera Nunes (2008). A primeira delas é a constituição. Essa “diz respeito ao que se chama a dimensão vertical do discurso, ou a dimensão interdiscursiva, quando um enunciado se encontra relacionado a uma rede de formulações”. Podemos dizer que a constituição da BNCC se encontra relacionada a uma rede de formulações, a uma memória anterior de dizeres sobre a educação no Brasil, através de uma memória documental, de leis, diretrizes e parâmetros. Inscrevem-se nessa rede, sentidos de escola, aluno, professor, saberes, ensino, entre outros já-ditos que constituem a memória educacional brasileira. A segunda instância é a da formulação, na qual “instaura-se o texto, na contradição entre uma determinação externa (interdiscurso) e uma determinação fonte (a determinar o que diz). Enquanto na instância da formulação, a BNCC atualiza esses dizeres sobre a educação no Brasil determinando-as dentro de uma formação social capitalista neoliberal . A partir de uma leitura institucional de uma memória documental, seleciona recortes específicos e/de documentos específicos que constituirão esse arquivo. E, mesmo assim, “temos a instauração do texto documental [o arquivo], com sua unidade, linearidade, imaginário de completude” . Se a formulação é constituída pela memória, ela é também atualização dessa memória”. E a terceira das instâncias, a circulação “diz respeito ao trajeto dos dizeres que se dão em certas conjunturas. A circulação ocorre por meios que nunca são neutros”. E é na instância da circulação da BNCC, em relação ao trajeto dos dizeres, que constituímos o arquivo de pesquisa do presente trabalho. A constituição do nosso arquivo de pesquisa se dá por uma leitura do arquivo da BNCC, todavia esse último também é atravessado pelas leituras que são produzidas por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Dito de outro modo, nossos gestos de leitura do arquivo da BNCC contribuem para a própria constituição do arquivo da BNCC.

Apesar de identificarmos as três instâncias do discurso documental, não podemos desconsiderar o caráter institucional desse material. Como podemos ler em Pêcheux (1994), por meio do discurso documental o discurso autoritário se constrói. O autor denomina essa forma de leitura de arquivo como “métodos de tratamento em massa do arquivo textual”

com fins estatais ou comerciais, supunha torná-los facilmente comunicáveis, transmissíveis e reproduzíveis: as virtudes de ordem de seriedade, de limpeza e de bom caráter [...] encontraram aí um de seus empregos: a questão da "objetividade" dos procedimentos e dos resultados tornava-se, do mesmo modo, crucial, a ponto da referência à "ciência" [...] se impor progressivamente como uma evidência (Pêcheux, 1994, p. 58).

O discurso documental se faz presente na BNCC principalmente ao longo das seções introdutórias do material de análise. Logo na parte da *Introdução* é afirmado que o texto da BNCC está em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), também faz referência ao §1º do artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB, Brasil, Lei nº 9.394/1996) e às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

R1 - A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a **que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)**. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, **tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)**, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, **como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)** (Brasil, 2018, BNCC – Introdução, p. 7 –, grifos nossos).

Já no tópico intitulado “Os marcos legais que embasam a BNCC”, são citados os artigos 205 e 210 da Constituição Federal de 1988,

R2 - A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que

[começa citação do Artigo 205] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). **[fecha citação Constituição Federal apud BNCC]**

Para atender a tais finalidades no âmbito da educação escolar, a Carta Constitucional, no Artigo 210, já reconhece a necessidade de que sejam **“fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988)** (Brasil, 2018, BNCC – Marcos Legais que embasam a BNCC, p. 10).

Da LDB, são citados o inciso IV do Artigo 9º e o Artigo 26. Tais artigos sustentam, de acordo com o discurso da BNCC (o método de tratamento do arquivo textual, a *ponto da referência* ao tratamento de dados de arquivo *se impor como evidência*), as noções de comum e diverso, assim como de base nacional curricular e competências e diretrizes.

R3 - Art. 9º A União incumbir-se-á de:

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, atualização 2023, LDB 9.394/1996)

R4 - Nesse artigo, a LDB deixa claros dois conceitos decisivos para todo o desenvolvimento da questão curricular no Brasil. O primeiro, já antecipado pela Constituição, estabelece a relação entre o que é básico-comum e o que é diverso em matéria curricular: **as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos**. O segundo se refere ao foco do currículo. Ao dizer que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. Essas são duas noções fundantes da BNCC. (Brasil, 2018, BNCC – Marcos Legais que embasam a BNCC, p. 11 –, grifos do texto original).

Considerações parciais

Diferentemente do discurso presente em um arquivo de pesquisa - que podemos caracterizar enquanto discurso polêmico, pois o colocamos enquanto uma leitura possível da textualidade da BNCC - o arquivo da BNCC, tendo por documentador uma instituição: o Ministério da Educação (MEC), é constituído do discurso autoritário do Estado, no qual espera-se um efeito de consenso, de unidade. Dessa forma, compreendemos esse discurso enquanto documental-institucional, ou seja, usa-se o tratamento de dados, não com o intuito de compreender processos de significação, mas com o objetivo de trazer um efeito de evidência, de um único sentido possível.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei 9.394/1996 atualizada. Acesso digital em Outubro/2023.

MARIANI, Bethania; DIAS, Juciele Pereira. A Leitura na Educação à Distância: Perspectivas e deslocamentos do ponto de vista discursivo. *In*: SCHERER, Amanda (org.). **Linguística de nosso tempo**. [Livro eletrônico].

NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. *In*: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Análise do Discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

NUNES, José Horta. O discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários. **Revista Alfa**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 81-100, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. [1999] **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Formas de Conhecimento, Informação e Políticas Públicas. **Animus** - Revista Interamericana de Comunicação Midiática, v. 17, p.11-22, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/2373/2458>. Acesso em: 15 nov 2022.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In*. ORLANDI, Eni P. *et. al.*(org). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Trad. Bethânia S. C. Mariani *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1994.